

APÊNDICE B – PRODUTO FINAL

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PRESIDENTE
KENNEDY**

SÃO MATEUS

2021

KAMILA BATISTA NUNES VIANA

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PRESIDENTE
KENNEDY**

Produto Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação
Orientador Prof. Dra. Luana Frigulha Guisso

SÃO MATEUS
2021

RESUMO

A inserção da BNCC, trouxe inquietações que se mostram como aconteceram com chegada das Diretrizes Nacionais Curriculares e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas tudo isso foi uma trajetória de evoluções de tendências que o Ministério da Educação Brasileira idealizou com os grandes pensadores como Paulo Freire e infelizmente, alguns profissionais de educação resistem aos rompimentos filosóficos, sociológicos e políticos que engendram a educação no país. É possível entender que a Base Nacional Comum Curricular veio para equilibrar o ensino nas diferentes escolas brasileiras. Sendo assim, ajudarão a definir um projeto educacional comum, deixando de haver um estreitamento dos objetivos de aprendizagem, como ocorre hoje, o que provoca uma revisão completa das matrizes e dos descritores adotados. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos na BNCC para a Educação devem ser ampliados na elaboração dos currículos e buscados na prática de brincadeiras e atividades propostas na rotina escolar. A BNCC ressalta a importância de observar e registrar a trajetória de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança e do grupo enquanto participam das experiências propostas. A educação na perspectiva da pedagogia progressista é admitida por uma metodologia interdisciplinar que concebe um trabalho pedagógico por meio de tema gerador, propondo uma educação problematizadora, e estas são características da tendência progressista libertadora, e a evolução desta, possibilita uma metodologia transdisciplinar conhecida como tendência libertária, onde o indivíduo passa a exercer responsabilidade mútua na educação e conseqüentemente na sociedade.

Palavras-chave: BNCC; Planejamento; Pedagogia; Aprendizagem.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. JUSTIFICATIVA	6
1.2. PROBLEMA	6
1.3. OBJETIVO	6
1.3.1. Objetivo geral	6
1.3.2. Objetivos específicos	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: PLANEJAMENTOS ALINHADOS À BNCC ...	8
2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS MARCOS LEGAIS	11
2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESPÍRITO SANTO	13
2.4. TIPOS DE PLANEJAMENTOS	15
2.5. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	18
2.5.1. O planejamento por campos de experiências	21
2.5.2. Avaliação na educação infantil	24
3. METODOLOGIA	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Dentro de todo o contexto educacional em que a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC vem agregar como um documento normativo, com objetivo de garantir que toda criança, seja ela de qualquer parte do país, tenha seus direitos de aprendizagem incluídos em sua rotina. Por sua vez a Base consolida a Educação Brasileira de forma que prioriza a cada região do país a construir e aplicar ainda que alinhado, o Currículo.

Partindo da necessidade e direito garantido pelo professor o Conselho Nacional de Educação (2020) diz o seguinte:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020)

A Educação Infantil do município de Presidente Kennedy é regida pela secretaria Municipal de Educação (SEME) que segue ao currículo do estado do Espírito Santo, esse que por sua vez, preconiza em sua construção, a diversidade, parte essa que nos cabe a Educação Escolar do Campo e Quilombola. Com todos esses documentos que nos provoca ao conhecimento e às novas práticas educacionais que regem nosso país e que ainda se encontra no início de implantação, há a necessidade de Formação continuada aos professores da Educação Infantil deste município. Sendo assim, Freire (1996) afirma que por esse motivo,

“[...] é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996, p. 40)

Em concordância como Freire, uma formação continuada permite a troca de experiências entre os professores e possibilidade de repensarem suas práticas à partir das formações. Por isso, essa formação traz possibilidades para o professor de compreender melhor o direcionamento da BNCC diante de abordagens que historicamente, constrói a educação da atualidade, com foco do desenvolvimento integral das crianças.

Os parágrafos abaixo explicitam o conteúdo desta formação continuada que apresenta contribuições aos professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, no que diz respeito à compreensão dos níveis de planejamento, mediante o norteamento da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

Para início de conversa, é compreender os critérios da formação continuada, alinhados à BNCC, documento que teve depois de pronto, sofreu alterações e formações a nível nacional, prezando pela efetiva implementação, para não perder de vista o que está previsto para o desenvolvimento integral das crianças.

Em se tratando de implementação da BNCC, se faz importante compreender os tipos de planejamentos que regem a Educação para chegar ao planejamento das práticas educacionais, assim como os níveis de planejamento e como eles estão articulados um com o outro.

Assim é importante fundamentar-se com um breve histórico da educação brasileira e dos marcos legais que a cercam, para assim compreender como documentos educacionais passaram por alterações ao longo do tempo até alcançar a estrutura atual, que é a BNCC.

Uma apresentação da BNCC e do Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil, possibilita compreender o que comporta no planejamento voltado para as crianças muito pequenas, da creche, assim como conhecer os princípios sustentadores do currículo do Estado do Espírito Santo.

O planejamento do professor, no que diz respeito às suas práticas no desenvolvimento das crianças, deve contemplar os objetivos traçados nos campos de experiências, que faz parte da estrutura da BNCC. Compreendendo essa estrutura e que as práticas precisam estar atreladas a esses objetivos, é possível garantir um trabalho voltado para o desenvolvimento da criança de forma integral. Por isso a formação contempla um estudo no que tange à estrutura da BNCC em colaboração com os professores da creche, pois os campos de experiências, segundo a BNCC, é uma forma de relacionar os conhecimentos que as crianças devem aprender, conforme a idade, e suas próprias experiências.

Por fim, como a criança da Educação Infantil deve ser avaliada? Ao pensar em todo o processo de organização curricular da escola e os planejamentos das práticas articuladas à BNCC, a avaliação deve ser à partir do processo do aprendizado, ao pensar que o trabalho do professor é planejar e mediar várias experiências e vivências às crianças, realizando uma observação da trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e avanços.

1.1. JUSTIFICATIVA

Esta formação justifica-se pela dificuldade dos professores em compreender os diferentes níveis de planejamento articulados com a BNCC. Sendo assim essa formação foi pensada diante das dificuldades que os professores encontraram durante a implementação deste documento que traça os objetivos de aprendizagem, dentro dos campos de experiências, para realizarem seus planejamentos, tendo como norte a BNCC.

1.2. PROBLEMA

Como os professores do CMEI Santa Lúcia, compreendem a BNCC e os diferentes níveis de planejamento educacional?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Oportunizar aos professores da educação infantil do município de Presidente Kennedy-ES, uma formação continuada sobre o planejamento articulado com a BNCC, priorizando o desenvolvimento integral das crianças e compreendendo os níveis de planejamento que envolve a Educação.

1.3.2. Objetivos específicos

- Explanar sobre o histórico da educação brasileira e a implementação da BNCC e os marcos legais que a cercam;
- Abordar os diferentes níveis de planejamentos alinhados à BNCC;
- Apresentar aos professores a estrutura da BNCC;
- Refletir sobre o que comporta no planejamento para as crianças de creche com base nos princípios do Currículo do Espírito Santo;
- Possibilitar trocas de experiências aos professores participantes da formação, no que tange seus planejamentos articulados à BNCC;
- Refletir sobre o processo de avaliação na Educação Infantil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. FORMAÇÃO CONTINUADA: PLANEJAMENTOS ALINHADOS À BNCC

Em 2018 o MEC lança o Guia Nacional da Educação, recheado de contribuições para professores e gestores implantarem nos planejamentos, as orientações definidas pela BNCC (2017), definindo prioridades e conduzindo o acompanhamento aos professores para garantir a qualidade conforme preconiza a BNCC. (MEC, 2018)

As orientações dadas pelos MEC (2018) discorrem que ao longo de 2019, tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, “as equipes gestoras também deverão coordenar a (re) elaboração do Projeto Pedagógico (PPs) das escolas à luz dos novos currículos. É importante que as formações considerem o processo de revisão do PPs”, tomando como base a BNCC.

O Projeto Pedagógico (PP) ou Projeto Político-Pedagógico (PPP) “é o documento que afirma a visão sobre a educação da escola, como ela reconhece sua missão, qual sua identidade, seus valores”, construído para nortear o trabalho de gestão escolar, de forma coletiva, orientando as práticas e as deliberações da escola. relacionando-o à BNCC, “ele deve ter como foco o apoio desenvolvimento integral do estudante, considerando sua diversidade, singularidades e multidimensionalidade”. (MEC, 2018)

Nesse sentido, as práticas escolares necessariamente, devem estar de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e deve ser atualizado sempre que necessário e sempre em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL 2013).

A implementação da BNCC prevê a necessidade de recursos e formações, por isso se organizou com ações para facilitar, nesse sentido o MEC (2018) deixa claro que:

Uma vez estabelecidos a governança, o planejamento e a composição das equipes, é possível iniciar a comunicação sobre o processo. A participação das equipes de comunicação das secretarias é essencial em diversos momentos, especialmente na hora de elaborar um plano para comunicar as ações e engajar atores estaduais e municipais. Informar todos os envolvidos, sobretudo professores, é fundamental para o sucesso da implementação. Essa estratégia confere legitimidade ao processo e ao resultado, evita resistências e apoia os professores das escolas públicas e privadas a colocar o novo documento curricular em prática na sala de aula. (MEC, 2018, p.18)

Com relação ao estudo das referências curriculares, “é preciso estudar e entender a

proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios”. (MEC, 2018, p. 19)

Nesse momento, muitos professores e gestores tiveram a oportunidade, segundo o MEC (2018) de compartilharem boas experiências, que puderam ser aproveitadas para qualificar as revisões à luz da BNCC. Assim, a reelaboração curricular pode acontecer forma a garantir que as aprendizagens previstas no novo documento dialogassem com a realidade local. Esse trabalho serviu de norte para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Para iniciar este trabalho, as orientações do MEC (2018) visaram a necessidade de que o trabalho tivesse correspondência às indicações da BNCC, e primeiramente foi pensado em: “o que os bebês, crianças e jovens devem aprender? Para isso,

Recomenda-se a existência de uma rotina de trocas e alinhamentos entre os diferentes grupos de trabalho. Isso é importante para que a transição entre as etapas da Educação Básica garanta a integração e continuidade dos processos de aprendizagens e que os componentes ou áreas do documento curricular dialoguem de maneira interdisciplinar e trabalhem conjuntamente as competências gerais da BNCC. (MEC, 2018, p. 27)

Assim, cada ator nesse processo teve suas atribuições e o Mec (2018) deixa claro que no conjunto, permitiu que na reelaboração do currículo, os documentos curriculares pudessem ser de vários formatos, mas sempre tendo como referência, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dialogando sempre com a realidade da comunidade local, com as aprendizagens contextualizadas e de forma interdisciplinar. Nesse contexto, a Educação Infantil, como parte da Educação Básica, está incluída nesses processos de reelaboração curricular. A implementação da BNCC, através do MEC, faz a separação das etapas com seus coordenadores e formadores, trabalhando de forma específica para cada etapa.

Na Educação Infantil as crianças podem vivenciar seus primeiros momentos, desprendidas dos seus pais ou da sua família, tendo a escola como o início de um convívio social. Por isso a BNCC preza pelos eixos estruturais, que são as interações e brincadeiras, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento e socialização das crianças, onde a implementação deste documento norteador, prevê o alinhamento de mecanismos para acompanhar a aprendizagem pertinentes às crianças da Educação Infantil.

Da mesma forma, devem ser considerados na reelaboração dos currículos da Educação Infantil, segundo a BNCCEI (2019):

- A concepção de criança trazida pela BNCC
 - Interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas
 - Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento
 - Arranjo por Campos de Experiências, respeitando as faixas etárias
 - Intencionalidade educativa em todas as práticas pedagógicas
 - Documentação pedagógica para acompanhar a progressão das aprendizagens e desenvolvimento
- [...] A experiência educativa da criança precisa ser considerada como o eixo para pensar na trajetória escolar integralmente. (BNCCEI, 2019, p. 24)

Com a implementação da BNCC na Educação Infantil deve-se, dentre várias coisas, destacar:

Valorizar a importância da etapa da Educação Infantil no desenvolvimento dos indivíduos, ao longo de sua vida escolar. O PPP de uma instituição de Educação Infantil precisa contemplar a especificidade da etapa, seus temas centrais, o vocabulário da área, bem como marcar a centralidade das crianças nas escolhas feitas pela instituição. (BNCCEI, 2019, p.27)

Pois dessa forma se possibilita a pensar a identidade da criança, refletindo os caminhos que a instituição da Educação Infantil deve seguir para atingir os objetivos e efetivar a implementação da BNCC, de forma a ver as mudanças necessárias, promover encontros com famílias e comunidade escolar para a discussão do PPP, pensar nos desafios e pautar na participação de todos. Pois é na etapa da Educação Infantil que as práticas devem ser planejadas de acordo com os campos de experiências.

Conforme a BNCCEI (2019), é muito importante saber que:

Além de apoiar creches e pré-escolas na revisão de seus PPP's e produzir materiais de apoio, promover a formação continuada de professores é uma ação fundamental das secretarias municipais no processo de implementação dos novos currículos.

Ao planejar os eventos de formação continuada, o foco deve ser pensar e elaborar experiências e atividades que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês e crianças, os protagonistas de todo o trabalho pedagógico da Educação Infantil.

A formação dos professores nunca se esgota, precisa ser constantemente atualizada e ampliada, em função das transformações culturais pelas quais as sociedades passam. Os momentos de revisão curricular também são ocasiões que suscitam novas demandas formativas. (BNCCEI, 2019, p.36)

Nesse sentido, a BNCCEI (2019) deixa claro que a troca de experiências entre os professores nos momentos de formação se faz muito importante. As boas práticas em Educação Infantil faz parte dos aspectos pedagógicos na formação para a implementação da BNCC e refletir sobre a intencionalidade educativa na escola, que

é pensar em todos esses aspectos de maneira estruturada e com objetivos e propostas claras de desenvolvimento dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas”. (BNCCEI, 2019, p.43)

A Intencionalidade educativa requer mais do que pensar, requer saber e conhecer para trabalhar os materiais, os ambientes, os tempos e espaços, garantir os direitos das crianças, os processos de acolhimentos e principalmente as transições entre casa e creche, entre a creche e a pré-escola e entre a pré-escola e o ensino fundamental e tudo o que envolve acompanhamento das atividades, no sentido de continuação e o que envolve o contexto da Educação Infantil.

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS MARCOS LEGAIS.

As Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 67) define Base Nacional Comum como constituinte de “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico [...]”.

Entre 2015 e 2017 diferentes atores do campo educacional juntamente com a sociedade brasileira, debateram e negociaram “um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica”, que é a BNCC. (BRASIL, 2018)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), frutos desses debates, a BNCC contou com uma mobilização de várias entidades relacionada à educação para sua formulação: “Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Ministério da Educação (MEC)”. Além desses órgãos, de forma democrática, teve mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil e de educadores, feitas através de consultas públicas.

A Base Nacional Comum Curricular contempla toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A parte referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro de 2017, depois de audiências públicas realizadas em todas as regiões do Brasil. Já a parte referente ao Ensino Médio encontra-se atualmente em processo de elaboração. Durante a fase final de revisão da BNCC, as redes de ensino

começaram a preparar seus processos de planejamento e implementação, que serão cruciais para que a BNCC cumpra o seu papel de promover mais qualidade e equidade na aprendizagem dos estudantes. Com a BNCC aprovada, é fundamental, agora, que todas as redes do país sejam as protagonistas dessa etapa de implementação. (MEC, 2018, p. 02)

Em vista disso, a BNCC é um documento como norteador das práticas educacionais, explicitando as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas, compreendendo a diversidade cultural e social, diante das diferentes necessidades dos estudantes e reconhecendo “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”. (BRASIL, 2017, p. 15-16)

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) trata-se de um documento que o conteúdo norteador ao que cerne da questão didática de toda a escola brasileira, abrangendo todas as etapas da educação básica, a partir a Educação Infantil contemplando até o final do Ensino Médio.

Partindo dessa premissa, a BNCC foi estruturada pensando na nivelção e na qualidade do ensino, com intuito de reduzir a desigualdade educacional, seguindo por trabalhar os conhecimentos e as habilidades, considerados fundamentais para a atualidade, estimulando evolução nas práticas escolares. Este documento entende que para exercer a cidadania a pessoa precisa de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as situações do dia a dia, por isso norteia o trabalho educacional estipulando as competências para a Educação básica. Assim, deve estar presente em todos os níveis de planejamento da Educação fundamentando as práticas escolares e o fazer pedagógico de uma instituição escolar.

A BNCC é formada pelas três etapas da educação básica, que é a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio descrevendo as orientações específicas das disciplinas e de cada etapa. Ela constitui diversas formas, o que é comum, que os alunos precisam aprender em cada etapa da Educação Básica, o que diz respeito aos saberes e as habilidades para aplicar os conhecimentos na sua realidade.

Com relação à Educação Infantil, a modificação pela Lei 13.306/ de 2016, quando estabelece o atendimento às crianças com a idade de 0 a 5 anos, historicamente foi um passo muito importante. As Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Básica, “estabelecem a Base Nacional Comum, responsável por orientar organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013). A BNCC atualizada, “é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.” (BRASIL, 2017, p.5)

Em suma, a BNCC é um documento atualizado, de acordo com as faixas etárias e o desenvolvimento da criança em cada uma delas, correspondendo à devida importância de cada etapa no que diz respeito à Educação Infantil. Para isso o MEC (2018) prevê o trabalho em rede para criar uma estrutura de governança da implementação da BNCC, refletindo questões que abordam formas de organização e regime de colaboração, participação de estados e municípios no processo de reelaboração curricular, planejamento e comunicação e definir quais decisões devem ser tomadas e por quem. Nesse sentido, o foco é o aprendizado dos estudantes, não importando de qual esfera pertence. (MEC, 2018, p. 6)

2.3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESPÍRITO SANTO

O Currículo do Estado do Espírito Santo, ao se referir à Educação Infantil, cita os princípios éticos, políticos e estéticos que representam valores, referências e preceitos morais que norteiam as condutas da sociedade. Esses princípios são descritos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil¹ (DCNEI) (BRASIL, 2009), documento que orienta esta etapa até a revisão da BNCC, que discorre que é através desses princípios que a educação deve responder as demandas de formação do aluno enquanto sujeito histórico.

Os Princípios Estéticos abordam a “valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. Já os Princípios Políticos, falam dos “direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática”. Por fim,

¹ Brasil. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

os Princípios Estéticos, trata da “valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais”. (ESTADO, 2018, p. 49). As instituições de Educação Infantil devem garantir e assegurar que o professor contemple esses princípios em seu trabalho educativo.

Com a implantação da BNCC, esses princípios, que foram diluídos em seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos a todas as crianças, no cotidiano das instituições de educação infantil, que são os de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. As características e peculiaridades das crianças, que hoje frequentam as unidades de Educação Infantil, devem impulsionar os educadores a garantir que os direitos de aprendizagem sejam mediadores de significativas aprendizagens, conferindo intencionalidade às práticas pedagógicas, a fim de contemplar as diferenças e diversidades, características da infância, conforme preconiza a BNCC. (BRASIL, 2017)

Assim, faz-se importante alinhar, com os profissionais de cada instituição, os conceitos sobre a infância, tempos, espaços escolares, sobre as concepções teóricas adotadas para a elaboração de currículos, que respondam aos questionamentos e subsidiem intervenções intencionais nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando assim,

Concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, 38)

Diante dessas premissas, o Currículo do Espírito Santo (2018) deixa claro que “a intenção educativa deve consubstanciar tanto o planejamento, a organização do ambiente pedagógico pelo professor e o acompanhamento e avaliação da aprendizagem e desenvolvimento da criança”. (ESTADO, 2018, p. 50)

Dessa forma, o Currículo do Espírito Santo menciona sobre o planejamento do professor, que implica em “atribuir sentido e intencionalidade ao que será ensinado”, mas deixa claro que a escola juntamente com os professores deve refletir a realidade

local, levando em conta identidade das crianças e das suas experiências familiares. (ESTADO, 2018, p. 50)

Diante do processo de implementação da BNCC, as perspectivas relacionadas ao trabalho educacional giram em torno de mudar o pensamento para que a criança trabalhe na construção do seu próprio conhecimento, sendo assim, que os professores possam trabalhar de acordo com as competências que estão definidas pela BNCC.

Com as mudanças no olhar do professor para as práticas, o planejamento passa por alterações, por isso a importância da implementação da BNCC de forma abrangente, onde juntamente com os conteúdos, a tecnologia é inserida e novos formatos de avaliações propostos.

2.4. TIPOS DE PLANEJAMENTOS

O planejamento, por Vasconcellos (2000), deve ser percebido como um instrumento que tem a capacidade de adentrar em uma situação da realidade e transformá-la, sendo necessário para isso acontecer de forma atenta, direcionada e organizada para promover as transformações pensadas. O autor ainda diz que o planejamento possibilita antecipar-se ao conjunto de ações e agir da forma como foi pensado. (VASCONCELOS, 2000, p.79)

Vasconcellos (2000, p. 95) aborda níveis do planejamento. O autor cita o planejamento da escola que se refere ao Projeto Político-Pedagógico ou projeto educativo, sendo esse plano integral da instituição. Nesse nível envolve tanto o campo pedagógico quanto o comunitário. O Planejamento Curricular se refere à proposta geral das experiências de aprendizagem que a instituição escolar oferece, baseados nos componente curriculares. Segundo Vasconcellos (2000, p. 96), outro nível de planejamento é o Projeto de Ensino Aprendizagem, “que é o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula, diz respeito mais restritamente ao aspecto didático. Pode ser subdividido em projeto de curso e plano de aula”. Esses são desenvolvidos por certo período, especificado na metodologia do planejamento, abrangendo outras disciplinas também.

Dessa forma percebe-se que o planejamento organiza as ações dos professores com relação à sua prática na sala de aula. Vasconcellos (2000, pag. 159) frisa que o planejamento pode e deve ser flexível também, pois o autor entende que o professor pode se tornar “tirano da ação” ou a ação se tornar um simples registro, um jogo de palavras, desconectado dos objetivos da prática.

Cada planejamento é feito em um determinado nível de abrangência de tempo e territorialidade. O Planejamento Educacional é um planejamento com uma abrangência maior, é um planejamento do Sistema de Educação que pode corresponder ao nível Federal, Estadual ou Municipal, que “incorpora e reflete as grandes políticas educacionais”. (VASCONCELLOS, 2000, p.95).

O planejamento da escola ou Planejamento escolar é definido por Alves (2011) como “atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição”. A autora discorre que “um bom Planejamento Escolar feito na primeira semana do ano letivo, certamente, evitará problemas futuros” e que por esse motivo, no início do ano letivo as escolas organizam a semana pedagógica, para reunir professores, pedagogos e outros profissionais que compõem o corpo docente para planejarem os dias letivos do ano a se seguido. Assim a autora deixa claro tudo o que é necessário para planejar, elaborar e discutir entre os profissionais:

1. as diretrizes quanto à organização e à administração da escola,
2. normas gerais de funcionamento da escola,
3. atividades coletivas do corpo docente,
4. o calendário escolar,
5. o período de avaliações,
6. o conselho de classe,
7. as atividades extraclasse,
8. o sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos e o trabalho com os pais,
9. as metas da escola e os passos que precisam ser dados, durante o ano, para atingi-las,
10. os projetos realizados no ano anterior,
11. os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano,
12. os temas transversais que serão trabalhados e distribuí-los nos meses,
13. revisar o PPP. (ALVES, 2011, p. 2-3)

Alves (2011) faz menção às palavras de Vasconcellos (2000) e diz que alguns profissionais não vêm a importância do planejamento, pois alegam que “o trabalho em sala de aula é dinâmico e imprevisível; faltam condições mínimas, como tempo; e existe o pensamento de que nada vai mudar e, portanto, basta repetir o que já tem

sido feito". Mas também menciona que alguns acreditam no planejamento, mas não concordam com a forma como é realizado.

Em concordância com Vasconcellos (2000), Alves (2011) diz que o plano de ensino ou plano curricular se refere ao trabalho de organização para a formulação de um plano que servirá de instrumento para a orientação da vida escolar de uma instituição.

O planejamento de ensino, conforme Alves (2011) menciona, se refere à organização pedagógica para a sala de aula, para as atividades práticas que serão concretizadas com os alunos, organizada para o desenvolvimento da aprendizagem.

Em uma hierarquia nos diferentes níveis de planejamento, percebe-se que uma mudança na estrutura a nível nacional, desencadeia uma mudança em todos os níveis até chegar à sala de aula, na prática com o aluno.

Com os planejamentos organizados, esses compõem o Plano Escolar, que é baseado nas práticas escolares, apresentando as decisões das práticas pedagógicas, se tornando um guia para o trabalho na escola, sendo fruto dos planejamentos dos professores, conforme afirma ALVES (2011), que na instituição escolar se refere ao Projeto Político Pedagógico formado de acordo com a realidade escolar, envolvendo em sua formulação os profissionais da escola, da comunidade, os pais e alunos.

O Plano Educacional a nível nacional é reformulado a cada dez anos e tem como objetivo organizar e unificar a educação, com metas para atingir para promover uma educação de qualidade. Os planejamentos citados acima, apesar de serem formulados de acordo com a realidade de cada município, são baseados no Plano Nacional de Educação, o PNE e na BNCC (BRASIL, 2017), onde deve abranger todas as características relacionadas à Educação Infantil.

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico. [...] Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. (OSTETO, 2000, p. 177)

Uma vez mais, Ostetto enfatiza que no planejamento: "(...) não há forma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para a sua prática pedagógica" (OSTETTO, 2000, p. 177).

Mesmo não existindo um único modo de executar um planejamento, Veiga (2006) mostra, apesar de escrever anos antes da BNCC ser reescrita, que nos momentos do planejamento é que o professor apresenta sua responsabilidade na formação da criança enquanto cidadão e na sua produção de conhecimentos, o que reforça a importância do professor sempre se atualizar no que diz respeito à ação de planejar. Nesse sentido a autora diz que:

Cabe ao professor a responsabilidade de planejar o ensino de forma participativa, considerando as demais dimensões do processo didático e as orientações provenientes do projeto pedagógico da instituição educativa. Os professores não apenas participam do planejamento da instituição educativa como um todo, cada um tem seu plano de trabalho cuja elaboração, execução e avaliação são de sua responsabilidade de ensino. (VEIGA, 2006, p.28)

Enquanto professora, vejo o planejamento como importante ferramenta estratégica para o professor elaborar as suas práticas educativas, porque é uma forma do professor se orientar, não se esquecendo da bagagem que os alunos trazem para a sala de aula, que articulados com o que o professor vai mediar, pode tornar o aprendizado atrativo e dinâmico quando parte da contextualização da realidade.

2.5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Nesta etapa são atendidas crianças de 0 a 6 anos de idade, que permanecem na escola parte do dia ou o dia todo, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), onde prevê que devem ser monitoradas pelos órgãos educacionais competentes, sendo assim entende criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p. 97)

É diante do pensar da criança que os processos de aprendizagens na Educação Infantil devem ser idealizados, como diz Melo (2018), pois esses processos são diversos, segundo a autora, que afirma que deve ser oportunizada a exposição de ideias, vivências e sentimentos. Para ela o aprendizado acontece na interação com outras crianças e promove experiências que fazem parte da construção do conhecimento. Nesse sentido, está acordo com Base Nacional Comum Curricular (2017) onde os eixos estruturantes são o brincar e as interações, mediadas pelos professores sempre voltados para as características de cada criança.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica reforçam que:

[...] nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo. (BRASIL, 2013, p. 37)

Mesmo sendo crianças pequenas e muito pequenas, os documentos nacionais norteiam o trabalho dentro de uma complexidade que é própria da etapa da Educação Infantil, entendendo a criança como o sujeito histórico em desenvolvimento e que as experiências proporcionadas nas escolas, possibilitam facilitar os anos seguintes na pré-escola e ensino fundamental. Para isso a BNCC traça os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que norteiam as práticas pedagógicas e,

Asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 37)

Por isso a implementação da BNCC foi pensada de forma mais abrangente possível para que as práticas pedagógicas fossem refletidas baseadas nos campos de experiências traçados pelo documento.

A organização da BNCC inicia-se pela identificação de cada objetivo de aprendizagem por um código alfanumérico, conforme explica o documento:

Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:

Segundo esse critério, o código **EI02TS01** refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas" para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Cumpre destacar que a numeração sequencial

dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2017, P. 26)

Assim, seguindo essa organização, cada campo de experiência é representado da seguinte forma:

EO - “O EU, O OUTRO E O NÓS”

CG - “CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS”

TS - “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

EF - “ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”

ET - “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES”

Cada um desses campos contém os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que conforme o campo de experiência varia na quantidade de 3 a 9 objetivos, que são descritos por um número conforme a quantidade, na sequência e no código é o último número apresentado.

- O EU, O OUTRO E O NÓS é um campo de experiência que abrange a identidade da criança, seu auto cuidado, suas percepções e construções de conhecimentos a partir da constituição do modo próprio de agir com o mundo que a cerca e nas interações com outras crianças, com base no respeito às diferenças.

- CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS aborda a exploração do espaço e objetos do entorno pela criança, tomando consciência da sua corporeidade. Este campo de experiências visa proporcionar vivências à criança do uso do corpo em movimento em relação às outras e ao espaço em que vivem, amplia assim seu repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS pretendem oportunizar à criança experiências voltadas para as expressões nas artes visuais, a partir de observação e produção, objetivando desenvolver o senso estético, crítico, o conhecimento de si e dos outros. Dessa forma este campo de experiência contempla a ampliação e a potencialização do fazer cultural, ao ampliar os repertórios artísticos e a interpretação da própria vivência.

ESCUA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO dizem respeito ao uso da linguagem para a comunicação, onde ainda bebê, a criança já utiliza-se de movimentos para comunicar algo, desenvolvendo ao longo do tempo de forma progressiva e enriquecendo seu vocabulário de gestos e fala. Esse campo de experiência visa potencializar a forma de comunicação da criança através de oportunidade de fala, escuta e da imersão da criança na linguagem escrita, o que proporciona familiaridade e compreensão da escrita, que contribui para o gosto da escrita e da leitura.

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES é um campo de experiência que visa vivências e aprendizados a partir do lugar onde mora, para situar-se em rua, bairro, cidade e outros conhecimentos relacionados à lugar, animais, plantas, transformações da natureza, também abrange relações de parentescos e sociais. Além disso, esse campo propõe experiências com conhecimentos matemáticos como contagem, quantidades, medidas e outros, através de investigação e exploração de objetos, espaços e consulta a informações, com o intuito de aguçar a curiosidade para ampliar seus conhecimentos e fazer uso em seu cotidiano.

Essa é uma forma organizada e prática apresentada pela BNCC para que o professor, ao planejar, localize os objetivos conforme cada campo de experiências e o que a atividade vai contemplar. Nesse sentido, ao verificar que as crianças não desenvolveram algum desses objetivos para seguir na etapa seguinte, o professor pode planejar sobre o objetivo específico com vistas a contemplá-lo.

2.5.1. O planejamento por campos de experiências

Ao pensar no planejamento por campos de experiência, cabe aqui compreender como estão estruturados esses campos de experiências na BNCC para então compreender os objetivos de aprendizagens.

Sobre a BNCC podemos resumir da seguinte forma:

- Define aprendizagens essenciais – expressas em 10 COMPETÊNCIAS - que TODOS/AS os/as alunos/as têm o DIRETO de adquirir ao longo da Educação Básica;
- Competências têm como base: cidadãos que queremos formar e a educação que queremos para todos;
- Soma-se aos propósitos de FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL para a construção de uma sociedade JUSTA, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA;
- EDUCAÇÃO INTEGRAL: pleno desenvolvimento dos/as estudantes, crescimento como cidadão; qualificação para o TRABALHO. (MERLI, 2018, p. 5)

Assim pode-se entender que o direcionamento que a BNCC dá para o trabalho na Educação Infantil, através dos campos de experiências é que permitem uma diversidade de vivências. Essa diversidade ampliam os repertórios das crianças em vários campos que pode ser definido com uma educação integral pelo pleno desenvolvimento de cada uma. A BNCC define competência como:

A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 8)

Assim, é através dessa mobilização de conhecimentos vinculados à realidade da criança, no seu cotidiano, promove interesse e curiosidade para o aprendizado.

Na Educação Infantil, as competências gerais são diluídas nos campos de experiências e trabalhadas de forma que as crianças atinjam os objetivos com base nessas competências.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9 e 10)

A BNCC apresenta através das competências, a definição das aprendizagens essenciais, pois este documento entende que não apenas os conteúdos que devem ser ensinados. Assim para a Educação Infantil, a BNCC traça os direitos de aprendizagem, que são eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Conforma a BNCC os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são descritos da seguinte forma:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações,

brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p. 38)

A BNCC parte da intencionalidade educativa às práticas na sala de aula, pois esses direitos de aprendizagem estão dispostos a partir da concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, constrói conhecimentos e precisam ter seus direitos garantidos.

Diante de tudo o que reza a BNCC, o que o professor deve garantir é que as aprendizagens das crianças estejam contempladas em seus planejamentos, visto que este documento traz o norteamento para tal ação tão importante e que é a base da organização escolar e de suas atividades.

2.5.2. Avaliação na educação infantil

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação um item importante sobre a avaliação na Educação Infantil:

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996). A BNCC, em concordância com a Lei, também menciona a importância dos registros, sejam eles escritos, fotográficos ou em vídeo.

Ao pensar em todo o processo de organização curricular da escola e os planejamentos das práticas articuladas à BNCC, a avaliação deve ser à partir do processo do aprendizado, ao pensar que o trabalho do professor é planejar e mediar várias experiências e vivências às crianças, realizando uma observação da trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e avanços.

Ao monitorar o conjunto de práticas e observações na Educação Infantil, a BNCC entende que é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de

seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças. (BRASIL, 2017, p. 39)

Dessa forma a BNCC deixa claro que a avaliação das crianças, mediante as propostas educativas, deve acontecer por meio de observações com base nos objetivos de aprendizagens para cada prática, sendo realizado também registros e relatórios. Sendo assim avaliar na etapa da Educação Infantil significa acompanhar o processo de desenvolvimento da criança, através de observação, registro, continuidade nos processos vivenciados e registros para que a família possa acompanhar o desenvolvimento de perto. Além disso, o Currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil ressalta que os registros através de vídeos, fotos, relatórios e até mesmo a escrita da criança é importante. (ESTADO, 2018, p. 90)

Então se pode entender que através dos registros é possível avaliar no sentido de trazer mais possibilidades para o aprendizado das crianças de forma a abordar onde ainda é necessário, conforme as limitações e avanços de cada uma, preparando-a para a transição seja dentro da etapa da Educação Infantil ou para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma haverá possibilidades do professor olhar de forma diferenciada para cada aluno e trabalhar de acordo com seu ritmo de aprendizado.

Para que as ações avaliativas sejam colocadas em prática e deixem de ser intuitivas ou atreladas à concepção de avaliação para classificação, é importante que o educador, saiba quais são os instrumentos metodológicos que pode auxiliá-lo nesse processo de aprendizagem. Para saber qual tipo de ajuda pedagógica deve oferecer as crianças, é necessário conhecer as características individuais deles e levantar o conjunto de conhecimentos prévios para propor uma nova situação de aprendizagem.

Para tanto, a documentação pedagógica permite uma avaliação de qualidade na Educação Infantil. É fundamental que as crianças participem do processo de documentação e de avaliação das atividades desenvolvidas. Isso se dá pela observação sistemática do professor para auxiliar a criança no desenvolvimento do trabalho pedagógico, porém de nada adianta a observação sem o registro. Não confie

em sua memória. Para não perder as importantes informações observadas, são necessários os registros escritos, e também por meio de fotos, vídeos e áudios para captar os diferentes momentos e atividades, principalmente as que estiverem relacionadas ao aspecto destacado na pauta de observação. Por isso é tão importante planejar a avaliação antes. Esses registros podem ser utilizados, inclusive, para a reflexão das próprias crianças, dependendo do que está sendo avaliado.

3. METODOLOGIA

A metodologia para esta formação está pautada em rodas de conversas que possibilitem o diálogo entre os participantes. Estas serão realizadas de tempos em tempos para contemplar todo o conteúdo e dinâmicas para a compreensão dos níveis de planejamentos e como eles estão articulados com a BNCC,

A proposta é de rodas de conversa para a exposição de ideias onde se tecem-se comentários, conforme menciona Oliveira (2020), onde a intenção do pesquisador deve ser clara e objetiva, tendo o foco da conversa bem definido. Para as rodas de conversas acontecerem, busca-se participantes com ideias necessidades em comum

Para tanto foi traçada uma proposta para esta formação que tem em sua composição encontros mensais, sendo os primeiros introdutórios de documentos que regem a Educação, decretos, diretrizes, currículos, referenciais e a BNCC, Organizados da seguinte forma:

Datas	Conteúdo da formação	Local da formação
29/10/2021	Abertura da formação. Apresentação dos conteúdos.	Auditório da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy
24/02/2022	Momento de organização e formação dos grupos	Organização da formação
07/03/2022	Critérios da formação continuada dos referenciais curriculares alinhados à BNCC	Encontro Interno
10/03/2022		Atividade extra
10/03/2022	Breve relato histórico da educação brasileira e seus marcos legais	Encontro Interno
22/03/2022		Atividade extra
24/03/2022	Tipos de planejamentos	Encontro Interno
12/05/2022		Atividade extra
26/05/2022	Apresentação da BNCC	Encontro Interno
09/06/2022		Atividade extra
23/06/2022	Campos de experiências	Encontro Interno
11/07/2022		Atividade extra
25/07/2022	Currículo do espírito santo: princípios sustentadores do Currículo do ES - etapa Educação Infantil	Encontro Interno

11/08/2022		Atividade extra
25/08/2022	Currículo do Espírito Santo: princípios sustentadores do Currículo do ES - etapa Educação Infantil	Encontro Interno
08/09/2022		Atividade extra
22/09/2022	O planejamento por campos de experiências	Encontro Interno
06/10/2022		Atividade extra
20/10/2022	Avaliação na Educação Infantil	Encontro Interno
10/11/2022	Final do curso/ Culminância/ Relatos de experiência/ Apresentação do Projeto Desenvolvido	Encontro Interno

A Formação Continuada será realizada quinzenalmente junto com a Secretaria de Educação e o material será entregue a cada escola participante para que seja reproduzido para os professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) implementada na educação brasileira em 2017 e 2018 traz um novo olhar para o planejamento das aulas de forma a abranger o aluno em sua totalidade, contribuindo para um desenvolvimento de forma integral, ou seja, abarcando o cognitivo, físico, afetivo, e o social de cada criança. Nesse sentido faz-se necessária a compreensão deste documento para um planejamento com vistas na qualidade do trabalho educacional.

As dificuldades em compreender as articulações dos planejamentos com a BNCC, sendo ainda a Educação Infantil com complexidade específica da faixa etária, por ser a primeira etapa da Educação Básica, necessita de norteamentos expressivos nos planejamentos, por ser uma etapa de preparação para os anos seguintes e para a compreensão de mundo da criança.

Este trabalho, pautado na reflexão do papel do professor nesse importante processo de desenvolvimento da criança, conclui-se que este trabalho pode servir como auxílio para uma melhor compreensão da BNCC e sua estrutura, para a organização de planejamento que visem a formação integral das crianças da Educação Infantil, dentro dos princípios éticos, políticos e estéticos, por uma sociedade mais justa. Assim, além de assegurar a formação integral da criança, o professor estará assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo como Plano Nacional de Educação.

Os planejamentos bem articulados com a BNCC permitem que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados de forma contextualizada com a realidade, assim contemplar um desenvolvimento das habilidades, cognitivas, afetivas e de criticidade perante a sociedade. Diante disso, o professor terá mais base para um olhar amplo nas suas práticas à partir das reflexões do desenvolvimento das crianças, o que lhe dá possibilidades de transformações e problematizações para a compreensão e apreensão de mundo.

À partir da formação continuada, o professor tem a capacidade de ampliar seu olhar para realidade de cada escola e de cada aluno, o ensino se torna algo dinâmico e com possibilidades de ser reinventado a cada prática, à cada situação que necessite de

mediações e transformações para uma educação libertadora e não apenas de transmissão de conteúdos, onde o avaliar ultrapassa os registros, mas permite uma análise para a continuidade nos processos vivenciados pelas crianças.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Professora Sigridi. **Tipos e níveis de planejamento. 2011.** Texto disponível em: <http://planejamentoeducacional.webnode.com.br/tipos-niveisdeplanejamento/>. Acesso em 15/01/2021.

BRASIL. **Base nacional curricular comum.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2017) Último Acesso em: 20/04/2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília MEC/SEB/DICEI, 2013.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Resolução CNE/CEB N.0 5, de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** 2009.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01/10/2021.

_____. **Política nacional de educação infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ESTADO. Espírito Santo. **Currículo do Espírito Santo:** educação infantil. Secretaria de Educação SEDU. Vitória, ES. 2018

MEC. Ministério da Educação. **Guia de implementação da base nacional comum curricular:** orientações pra o processo de implementação. Brasília - DF, 2018.

MELO, Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes. **A Ludicidade como um recurso pedagógico na educação infantil.** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória- ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

MERLI, Angélica de Almeida. **A Base foi aprovada, e agora? reflexões sobre as implicações da bncc para o currículo da educação infantil e do ensino fundamental.** I Seminário FAATESP de Educação, 2018.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papyrus, 2000.

PNE, Plano Nacional de Educação. **LEI 13.005/2021**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17/04/2021.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad. 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Lições de didática**. São Paulo: Papyrus, 2006.